

# \*Um desafio que não é aceito

Do sucursal de  
BRASÍLIA

Quando o MDB deixar de falar simplesmente em Constituinte e entrar na etapa de sensibilização das massas populares para aquela tese, ou seja, "deixar o mundo da Lua e ir ao encontro do povo na rua", como foi dito na Convenção Nacional desta semana, terá chegado o momento de se conferir até que ponto o governo aceitará o que hoje considera um desafio.

A se julgar pelo comportamento de áreas civis e militares, opositonistas e oficiais, este "desafio" lançado pela oposição e imediatamente interpretado pelo governo como um convite ao confronto, constitui algo intolerável.

Quando o deputado Francellino Pereira assinala que "a Constituinte é o confronto sob os disfarces daqueles que anunciam a paz mas sabem que vão provocar a guerra", não está longe da verdade. Esta "guerra" é considerada pelo MDB uma "guerra santa", tratando-se, nada mais nada menos, da tentativa de mobilização da opinião pública para tornar irresistíveis as pressões para fazer a Revolução refiumar no terreno processual, ao tempo da vigência da carta de 1967.

Não são exatamente os arroubos verbais de alguns jovens convencionais do MDB, geralmente parlamentares de primeiro mandato, que preocupam os militares em geral e aqueles ligados à área de segurança em particular. A transposição desta pregação para a praça pública, sob a justificativa de que a partir de um ponto de verdade falsa-se e procura-se jogar o povo contra as autoridades, isto sim, causa apreensões. E não adianta os líderes mais responsáveis da oposição jurarem que não se deseja qualquer espécie de revanchismo (isto foi dito expressamente na convenção do partido), porque então se evolui pa-

ra outro ângulo do problema: a direção do MDB não teria o seu controle e, por via de consequência, não seria confiável como entidade política, num sentido global.

Em realidade, a circunstância de os porta-vozes presidenciais considerarem "forte" a nota do MDB, as lideranças parlamentares insistirem em que procura aquele partido boicotar um diálogo que seria o primeiro passo no caminho do aperfeiçoamento democrático e toda a argumentação que segue esta linha, são fatos que na atual conjuntura política brasileira não poderiam deixar de acontecer. Resguardados pela discrição das conversas em "off", hoje uma instituição nacional —, militares e políticos em funções de destaques nos respectivos setores chegam mesmo a admitir um certo automatismo de comportamento, que por vezes os leva a reagir de maneira intuitiva e imediata e qualquer suposto agravo de MDB à Revolução.

Algo assim como defesa preventiva para evitar a perda de controle do episódio.

Outra não teria sido a inspiração da contratação de Francellino à nota expedida pelo MDB durante a Convenção Nacional de quarta-feira, obviamente após entendimentos com setores do governo imbuídos da mesma preocupação evitar a maximização de episódios de gravidade duvidosa, mas que poderiam ser manipulados pelos setores radicais do sistema revolucionário, e sombra da luta pela sucessão presidencial.

Se chefes militares de indiscutível influência no processo político, pela liderança que exercem entre seus pares, admitem como válida a atuação opositonista em favor do Estado de Direito (retorno à Revolução institucionalizada pela Constituição de 67), por que então o confronto que se insinua tendo como ponto de atrito a Constituinte? Por um lado, o fato de só

a oposição poder pedir e só o governo poder conceder a Constituinte, não exclui um previsível envolvimento popular a favor daquela medida. Além disso, a vinculação ostensiva que se faz entre ela e a anistia amplia de maneira quase incontornável os pontos de vista diametralmente oposto que militares e emedebistas têm a respeito da reintegração dos proscritos na sociedade política brasileira.

Há mais ainda: há indício de que o presidente Geisel se encontra na fase final de montagem de um esquema militar (e isto também é admitido reservadamente por personalidades muito bem situadas), que lhe permitirá o controle total do processo político, onde se inclui a sucessão presidencial.

Desta forma, terá condições de avançar mais longe do que tem feito até agora. Seja em suas colocações de viva voz, hoje raras porque pouco tem a dizer neste particular, seja através de peças importantes de seu dispositivo político, como Petrônio Portella e Francellino Pereira.

Tem-se, em círculos muito próximos a Geisel, que o MDB, inebriado pela sua popularidade em ascensão junto à opinião pública, ignore a sábia máxima de que "política é a arte do possível", e na ansia de não se deixar ultrapassar pelos demais segmentos de oposição, disseminados fora de seus quadros partidários, venha a cometer atos que não possam ser absorvidos pelo governo. Ou porque este com eles não possa transigr por convicções próprias, ou porque não lhe conviria ficar contra seu pano de fundo militar.

Esta tem sido uma verdade intemporal depois de 1964 e mesmo que Geisel venha a esculpir uma cúpula militar à sua imagem e semelhança no limiar de 1978 — o momento das grandes decisões — ainda assim será um fator a ser seriamente considerado.